

**Artigo de opinião assinado: recorrência de elementos léxico-gramaticais e distribuição entre fato e opinião**

**Signed article of opinion: recurrence of lexico-grammatical elements and distribution between fact and opinion**

**JANETE MARIA DE CONTO\***

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

**RESUMO**

Neste artigo, apresento uma análise dos elementos léxico-gramaticais recorrentes em três artigos de opinião assinados, disponibilizados em jornais *on-line*. O objetivo é verificar as maneiras distintas pelas quais os autores narram fatos ou emitem opiniões sobre a violência familiar e doméstica praticada contra mulheres. Os pressupostos teóricos e metodológicos são sustentados pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; THOMPSON, 2004) e pela Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005). Os resultados corroboram os estudos já realizados na área e contribuem para a descrição e compreensão do gênero discursivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística Sistêmico-Funcional. Teoria da Avaliatividade. Metafunção Ideacional. Metafunção Interpessoal. Sistemas de Transitividade e de Modo.

\*Sobre a autora ver página 89.

**ABSTRACT**

*In this article, I present an analysis of the recurrent lexico-grammatical features in three signed articles of opinion, available in online newspapers. The objective is to verify the distinct ways for which the authors relate facts or emit opinions about the familiar and domestic violence practised against women. Theoretical presuppositions and research methods are supported by the Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY and MATTHIESSEN, 2004; THOMPSON, 2004) and by the Evaluation Theory (MARTIN; WHITE, 2005). The results corroborate with studies already carried out in the area and contribute for the description and understanding of the discursive genre.*

**KEYWORDS:** *Systemic-Functional Linguistics. Evaluation Theory. Ideational Metafunction. Interpersonal Metafunction. System of Transitivity and of Mood.*

**1 Introdução**

Por meio deste artigo, apresento uma análise de gênero, cujo objetivo é verificar a recorrência de elementos léxico-gramaticais que possibilitam a distinção entre fato e opinião no discurso jornalístico, mais especificamente no artigo de opinião assinado.

Este trabalho integra as pesquisas referentes ao projeto de doutorado que, a priori, intitula *Lei Maria da Penha: representações sociais sobre a violência contra a mulher*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS.

À luz das concepções de Bakhtin (1999) sobre gêneros do discurso, de Bonini (2005) sobre gêneros jornalísticos, de Halliday e Matthiessen (2004) e de Thompson (2004) sobre Linguística Sistemico-Funcional e de Martin e White (2005) e Cabral (2007) sobre a Teoria da Avaliatividade, descrevi e analisei léxica e gramaticalmente o pequeno corpus selecionado, a fim de identificar expoentes linguísticos recorrentes em artigos jornalísticos que evidenciam fato – ou informação – e opinião.

O gênero jornalístico reconhecido como artigo de opinião é organizado por narração e argumentação (CABRAL, 2007).

Comumente, o autor organiza sequências de modo a fornecer algumas informações ao leitor e, a partir delas e sobre elas, posiciona-se criticamente, avaliando atitudes. Ao informar, os autores apresentam um problema reconhecidamente existente na sociedade, opinam sobre ele e, muitas vezes, oferecem sugestões para solucioná-lo.

Para desenvolver este estudo, orientei-me teórico-metodologicamente pela Linguística Sistêmico-Funcional. O corpus é constituído por três artigos assinados, coletados na mídia on-line, em sítios do jornal O Globo e do MS Notícias/Pantanal News, disponibilizados aos usuários da Internet em 2005, 2008 e em 2009. O ponto em comum entre esses artigos diz respeito ao tema discutido por seus autores: a violência familiar e doméstica praticada contra a mulher.

Para realizar a análise, foram adotados os seguintes procedimentos: i – separação das orações que constituem os textos; ii – classificação dos processos segundo a proposta do sistema de Transitividade, de Halliday e Matthiessen (2004); iii – classificação dos expoentes linguísticos conforme o sistema de Modo, também proposto por Halliday e Matthiessen (2004); iv – classificação dos posicionamentos atitudinais dos autores, de acordo com a perspectiva de Martin e White (2005); e, por fim, v – verificação da recorrência de elementos que possibilitam a identificação de fatos e de opiniões.

Cabral (2007), baseada em Halliday e Matthiessen (2004), sugere a análise das proposições que podem remeter a entidades do mundo, representando-as, ou seja, à luz do Sistema de Transitividade da Metafunção Ideacional, já que esse sistema tem os subsídios necessários para identificar fatos. Também sugere que o Sistema de Modo da Metafunção Interpessoal e a Teoria da Avaliatividade fornecem subsídios analíticos para identificar opiniões, pois tornam possível a análise das proposições que expressam valores em relação a entidades do mundo ou do discurso. “No discurso jornalístico, especialmente para os gêneros com finalidade persuasiva, a divisão entre fato e opinião é bastante significativa” (CABRAL, 2007, p. 13). Perceber essas diferenças amplia a capacidade de leitura e o senso crítico das pessoas, a fim de que elas possam agir e se posicionar de forma crítica e bem embasada no e sobre o mundo.

Com isso, justifico o propósito deste trabalho e a escolha das perspectivas que sustentam a análise e disponibilizam recursos para a sua realização.

Diante do exposto, na sequência deste artigo, apresento uma breve contextualização da violência praticada contra as mulheres. A descrição do contexto se faz necessária quando se trata do estudo de um gênero. Sobre essa questão, os analistas de gêneros enfatizam que todo texto é realizado em função de uma perspectiva que emerge do contexto. Também, apresento uma breve descrição do gênero e de cada um dos textos selecionados, a análise com o cruzamento de dados dos três artigos de opinião, e, por fim, as considerações finais deste estudo.

## **2 Contextualização**

No decorrer da história da humanidade, propagou-se social e culturalmente a superioridade do homem e a consequente subordinação da mulher. Essa condição passiva das mulheres e o abuso de poder dos homens aos quais elas estavam – e muitas ainda estão – submissas contribuíram e contribuem para a prática de violência contra o sexo feminino. Os movimentos feministas, iniciados no Brasil por volta de 1960, tornaram visíveis as agressões sofridas pelas mulheres, já que a luta para erradicar esse tipo de violência constitui-se em uma das bases de suas reivindicações.

Como decorrência dessa luta, foi instituída no país uma legislação específica para proteger as mulheres que sofrem agressão e para aplicar penas, consideradas mais severas que as previstas em leis anteriores, aos seus agressores. A Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, baseou-se em uma ideologia pautada na igualdade de direitos, com o objetivo de proteger as mulheres que sofrem violência doméstica e familiar e punir os agressores.

Diante de inúmeros casos de violência contra a mulher, a mídia tem cumprido o seu papel, reproduzindo o discurso ideológico da igualdade dos sexos e polemizando questões pertinentes a ele. Além de

notícias e de reportagens, o tema é abordado em charges, tiras, editoriais, artigos de opinião, entre outros, tanto da mídia impressa, quanto da on-line ou digital.

Artigos jornalísticos, impressos ou on-line, são, geralmente, escritos por colaboradores ou personalidades convidadas pelos editores. Os artigos são permeados por linguagem subjetiva, pessoal, em razão do seu caráter interpretativo, explicativo ou persuasivo. O articulista defende uma tese e, ao defendê-la, compartilha a sua visão de mundo com o leitor e o influencia, por meio de convencimento ou persuasão, a contribuir para o debate de ideias, acontecimentos e problemas. É bastante comum o escritor sugerir possibilidades de soluções para os problemas abordados no texto.

Os artigos são caracterizados pela heterogeneidade, quanto às sequências narrativas e argumentativas, e pela intertextualidade. Os autores, ao relacionar fatos nos artigos, divulgados em outros momentos e em outros meios da mídia, constroem uma rede de intertextualidade.

Para uma compreensão geral dos artigos de opinião selecionados, realizei uma breve descrição de cada um deles.

## **2.1 Texto 1 - *Crime infame: sobrevivi... posso contar***

O artigo de opinião *Crime Infame: sobrevivi... posso contar* (Anexo A), escrito por Tânia Fusco, foi disponibilizado no jornal on-line O Globo, em 25 de novembro de 2005. Nele, a autora sintetiza a história de violência doméstica e familiar sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes, autobiografada no livro *Sobrevivi... posso contar*. Além disso, são apresentados comentários a respeito da violência praticada por homens contra suas companheiras, na sociedade brasileira.

No ano seguinte à publicação do artigo, foi promulgada a Lei 11.340/06, que, em conformidade com o inciso 8º do artigo 226 da Constituição Federal, tipifica a violência doméstica e familiar como uma das formas de violação dos direitos humanos.

## 2.2 Texto 2 – *Quem bate em mulher, o que é?*

*Quem bate em mulher, o que é?* (Anexo B) foi escrito por José Pedro Frazão, membro da Academia Sul-Matogrossense de Letras e autor dos romances ecológicos *Tuiuiu my brother* e *Nas águas do Aquidauana eu andei*. O artigo foi disponibilizado aos usuários da Internet no MS Notícias, um dos jornais do sítio Pantanal News, em 27 de novembro de 2008, dois anos depois da promulgação da Lei 11.340.

Nesse artigo, Frazão narra um episódio de violência observado por ele e compara o comportamento humano com o de animais irracionais. Para ele, a agressão dos machos praticada contra as fêmeas não é da natureza dos animais e os humanos só agridem suas fêmeas porque, possivelmente, sofrem de distúrbios de personalidade e, por isso, querem encobrir inconscientemente sua possível tendência ao homossexualismo.

O autor usa esse argumento para sustentar a tese de que o *macho* de verdade é afável com sua fêmea, controla sua raiva e é seguro de sua masculinidade.

## 2.3 Texto 3 – *Derrotas de Março*

*Derrotas de Março* (Anexo C) foi escrito por Miriam Leitão e disponibilizado na mídia on-line em 29 de março de 2009. A autora é responsável pela coluna *Panorama Econômico*, do jornal O Globo. Ela inicia seu discurso explicando que sempre em março utiliza o espaço destinado a comentários sobre economia para analisar aspectos da discriminação contra as mulheres. Isso ocorre porque março tem um dia especial – 08/03 – internacionalmente dedicado às mulheres e porque, na época, houve uma *enxurrada* de notícias que teve forte repercussão na mídia sobre violência física, sexual, moral contra mulheres, praticada por pai, irmão, namorado, marido ou companheiro da vítima. Com isso, a autora induz o leitor a refletir, também, sobre casos de incesto e de pedofilia. A crueldade desses casos ocorridos em contextos socioculturais distintos

chamou a atenção da autora, deixando-a aflita diante do sofrimento vivido por essas mulheres.

### 3 Fato e opinião: uma análise

Nesta seção, apresento os resultados da análise dos artigos de opinião, conforme a classificação das orações realizada de acordo com o Sistema de Transitividade e o Sistema de Modo e de Avaliatividade.

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), no Sistema de Transitividade, os processos são classificados em Materiais, Relacionais, Mentais, Verbais, Comportamentais e Existenciais. Nos artigos analisados, constatei grande incidência de processos materiais transformativos, seguidos, nessa ordem, por processos relacionais, mentais, verbais e existenciais. Não identifiquei processos comportamentais nesse pequeno corpus. A maioria dos processos desse tipo está no limite com os mentais, ou com os verbais, ou com os materiais, e, talvez, isso tenha me induzido a outra classificação.

Os processos materiais são ligados ao verbo *fazer* e estão relacionados a ações do mundo físico (THOMPSON, 2004). Esse tipo de processo é bastante comum nas sequências do artigo de opinião em que os autores narram fatos reais com o propósito de informar o leitor sobre sua ocorrência. Normalmente, esses fatos já foram divulgados na mídia e servem de suporte para os comentários críticos. Por isso, é possível identificar um grau de opinião implícita nos fatos segundo as escolhas linguísticas realizadas pelo autor do artigo.

No artigo 1 (Anexo A), os fatos narrados pela autora são a história de atentados (Excerto 1) e busca de justiça vivida por Maria da Penha Maia Fernandes (Excerto 4) e a divulgação da sua autobiografia (Excerto 5).

#### Excerto 1:

1) *Primeiro* ele **simulou** um assalto na casa (2) onde a mulher **foi baleada** pelas costas. (3) Ela **deveria ter morrido**, (4) mas **sobreviveu** (5) paraplégica. (6) Ele não **desistiu**. (7) Tentou

**eletrocutá-la** na banheira. (8) *De novo* ela não **morreu** (9) e, *dessa vez*, **viu** (10) e **pode testemunhar** (11) que o agressor era o próprio marido, Marco Antonio Herredia Viveiros, (12) colombiano, professor universitário de economia, pai dos três filhos da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes.

Nas sequências narrativas dos fatos, o número elevado de ocorrências de processos materiais caracteriza a prevalência de participantes com papel gramatical de ator, quando as orações são transitivas ou intransitivas; o participante meta ocorre somente em orações transitivas como na oração 1 do artigo 1 (Anexo A):

Primeiro	ele	Simulou	um assalto	na casa
Circunstância de tempo	Ator	Material criativo específico	Meta	Circunstância de lugar

**Quadro 1**

Na oração 1 do artigo 2 (Anexo B), o outro participante – extensão – tem a função de continuação do processo:

Outro dia,	um grito da rua	invadiu	meus aposentos
Circunstância de tempo	Ator	Material transformativo de intensificação - movimento: lugar	Extensão

**Quadro 2**

E, ainda, no artigo 3 (Anexo C), a meta volta a se evidenciar:

A Itália	Descobriu	um caso repugnante de estupro sequencial de pai e filho contra a mesma mulher
Ator	Material transformativo de elaboração	Meta

**Quadro 3**

A circunstância de tempo *primeiro* indica que os fatos serão apresentados ao leitor respeitando uma sequência cronológica. Essa circunstância de tempo estabelece a relação de tempo transcorrido com outras circunstâncias – *de novo* e *dessa vez* – no mesmo período do artigo 1.

No artigo 2 (Anexo B), conforme Excerto 2, os fatos são apresentados na sequência cronológica em que ocorreram, evidenciada no encadeamento de uma ação a outra. A circunstância de tempo *outro dia* que inicia o texto lembra o jargão de narrativas infantis *era uma vez*. Essa expressão também possibilita uma aproximação maior do autor com o leitor, pois é tipicamente usada em interações orais.

### Excerto 2:

(1) *Outro dia*, um grito da rua **invadiu** meus aposentos e (2) **conduziu**-me à janela a tempo de ainda (3) **assistir** a uma corriqueira briga de casal. (4) Um sujeito pançudo com ar de autoridade **discutia**, a passos largos, com uma mulher franzina de pisar ligeiro (5) que ele **conduzia** aos empurrões. (6) O marmanjo **freava** sua vítima com alternados e violentos puxões de cabelos seguidos de palavrões indizíveis nesta crônica.

O Excerto 3 refere-se ao lead do artigo 3 (Anexo C), quanto à temporalidade, a expressão inicial situa o leitor no tempo, indicando que o mês de março ainda não terminou. Expressões de tempo são caracteristicamente usadas em narrativas.

### Excerto 3:

(1) *Antes que março* **acabe**, (2) eu **queria dizer** (3) o que me **derrota**. (4) A Itália **descobriu** um caso repugnante de estupro sequencial de pai e filho contra a mesma mulher, filha e irmã dos dois. (5) A Áustria **encarcerou** o monstro (6) que **manteve** a filha no porão, prisioneira de estupros contínuos. (7) Aqui, a discussão da menina (8) que em Recife **foi estuprada** (9) e **engravidou** do padraсто **ficou** em torno da decisão medieval do bispo.

O artigo 3 (Anexo C) apresenta um alto índice de orações encaixadas. Essas orações equivalem às subordinadas da gramática

normativa, entretanto, nem sempre, as subordinadas podem ser classificadas como encaixadas. Deve-se cuidar se elas subordinam substantivos, como em *o monstro que manteve a filha no porão* (5 e 6 do artigo 3), ou ainda *a discussão da menina que em Recife foi estuprada* (7 e 8 do artigo 3). Essas orações restringem a informação sobre o substantivo ao qual se referem, enquanto, em *Maria da Penha, que viveu essa violência no limite máximo, escreveu um livro* (30 e 31 do artigo 1), há uma explicação. Orações encaixadas diferem das projetadas, pois somente processos Mentais e Verbais são capazes de projetar outra oração, com em *eu queria dizer o que me derrota* (2 e 3 do artigo 3).

Os fatos não são representados somente por processos materiais. Sustento essa afirmação porque identifiquei outros processos nas sequências narrativas, por exemplo, o processo verbal do tipo semiose *pode testemunhar* (10, do artigo 1), que projeta a oração em que os participantes, homem e mulher, são incluídos, personalizados por seus nomes próprios acrescidos dos seus sobrenomes, o que os identifica individualmente no universo de homens agressores e de mulheres vítimas de violência no âmbito doméstico e familiar.

Os Excertos 4 e 5 reforçam a incidência de processos materiais no fato.

#### **Excerto 4:**

(13) A história **aconteceu** em Fortaleza (CE), em 1983. (14) Marco Antonio **foi julgado** (15) e **condenado**. (16) Mas, só em 2001, 18 anos passados, e depois de **ter recorrido** a Justiça Internacional – Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a OEA, (17) Maria da Penha **conseguiu** (18) que o ex-marido agressor **fosse preso**.

#### **Excerto 5:**

(30) Maria da Penha, que **viveu** essa violência no limite máximo, (31) **escreveu** um livro: (32) *Sobrevivi* e (33) *posso contar*.

Se, por um lado, a autora quer romper preconceitos, por outro, ela os alimenta, quando localiza no espaço o *agressor* (11 do artigo 1) pelo atributo de seu adjetivo pátrio *colombiano* (12 do artigo 1). Implicitamente,

o valor ideológico fundamentado nesse atributo espacial é negativo, em razão da concepção de que, na Colômbia, boa parte da população está envolvida em narcotráfico, o que implica na pressuposição de que essas pessoas não estão preocupadas com princípios básicos, como os morais, éticos e legais.

Na terceira e quarta parte do artigo 1 (Anexo A), a autora expõe sua opinião a respeito da violência cometida contra a mulher por seu companheiro, no âmbito doméstico e familiar. O Excerto 6 apresenta a terceira parte do artigo 1, na qual é possível identificar claramente o predomínio do estatuto de subjetividade, por representar o posicionamento crítico da autora perante a violência.

#### **Excerto 6:**

(19) Em grau maior ou menor de violência, histórias como essa **acontecem** aos milhares, diariamente, no Brasil, em toda a América Latina, mundo afora. (20) Na maioria dos casos o agressor **é** o marido, o companheiro, o namorado, o amante. (21) O amor, que **deveria ser** o maior prêmio da vida, (22) **embala** essas tragédias (23) que **alcançam** pobres, remediados, ricos. (24) Nem todas **são expostas**. (25) Nem todas **acabam** em morte. (26) Mas a rotina de humilhações, agressões verbais e físicas, mesmo escondida, **está** mais próxima (27) do que **imaginamos**. (28) Não é **revelada**, principalmente, porque, além da dor, (29) a agredida **sente** muita vergonha.

Uma mesma expressão, como agressor, vítima, mulher, entre outras, pode cumprir diferentes papéis gramaticais e diferentes representações em diferentes momentos de um mesmo texto ou em textos distintos de um determinado gênero discursivo.

Na quarta parte do artigo 1, Excerto 7, a autora mantém o estatuto de subjetividade, já que intensifica a representação da sua opinião sobre o assunto abordado.

#### **Excerto 7:**

(34) Mas, entre nós, **há** milhares de sobreviventes (35) que não **revelam** (36) o que **viveram**. (37) Se **dá para esconder**, (38)

**escondemos.** (39) **Encobrimos** as marcas físicas, (40) **tratamos** com psicanálise e antidepressivos a dor no coração. (41) A vida **segue.** (42) A razão até **perdoa**, (43) mas a cicatriz **é** permanente. (44) **Assombra** como eterna indagação: por que a covardia?

Os propósitos da autora em relação ao seu público leitor são fornecer informações e divulgar o livro escrito por Maria da Penha, além de criar questionamentos sobre a violência contra a mulher. Tendo em vista que o conteúdo desse artigo é voltado às mulheres, principalmente àquelas preocupadas com a questão de violência a que são acometidas, pressupõe-se que o público-alvo seja o feminino.

Como uma maneira de se igualar a esse público, a autora se inclui na classe das mulheres que sofrem violência, por meio do pronome *nós* (34 do artigo 1), fazendo uma distinção explícita entre dois grupos, mulheres agredidas e homens agressores. Desse modo é estabelecida a oposição entre *nós* (34 do artigo 1), que também está elíptico em outras orações subsequentes (38, 39, 40 do artigo 1), e *o agressor* (19 do artigo 1), generalizando a classe dos homens que agredem suas companheiras.

Constatai, assim, o uso do pronome **nós**, utilizado de maneira inclusiva, no artigo 1 (Anexo A) e 2 (Anexo B); o nós inclusivo garante a proximidade e uma certa cumplicidade entre autores e leitores.

No artigo 3 (Anexo C), a autora privilegia o uso de primeira pessoa do singular – **eu**. Entendi essa escolha propositada como constitutiva da *persona discursiva* personalizada: uma mulher com status profissional definido, pois é titular de uma coluna sobre economia de um jornal renomado, O Globo, é bem informada e se mostra bastante preocupada com a desigualdade entre os sexos e com as barbáries cometidas contra “*peças que integram a parte da Humanidade à qual pertencem*”. Talvez, ela seja uma feminista que se rebela somente no mês de março, próximo ao dia internacional da mulher, ou talvez seja uma mulher que não é alienada e que sabe e pode usar o veículo de informações em que trabalha para, em determinados momentos, expor sua opinião sobre assuntos que lhe interessam.

Em *a razão até perdoo* (42 do artigo 1) e *a cicatriz* (expressão encoberta; na oração 43 do artigo 1 desempenha o papel gramatical

de atribuidor) *assombra* (44 do artigo 1), a autora procura representar o impasse que as mulheres vivem diante das situações de violência em que podem estar envolvidas. O fato de muitas mulheres manterem silêncio sobre a violência sofrida é interpretado pela autora como uma covardia sem lógica.

No artigo 2 (Anexo B), o toque humorístico e crítico com que o autor narra o fato principal não representa o seu descomprometimento com o tema e apresenta um olhar minucioso e particular sobre os acontecimentos. É um olhar de estranhamento, de não concordância. O autor procura mostrar ao leitor a grandeza de pequenas ações que passam despercebidas no cotidiano, como a do cão.

Nos três artigos, os processos apresentam-se no indicativo e, por isso, identifiquei a prevalência do modo declarativo, seguido, em baixa incidência, do modo interrogativo, como em:

- a) [...] por que a covardia? (44 do artigo 1)
- b) Lembram dos aracnídeos? (26 do artigo 2)
- c) Quem bate em mulher é o quê? (95 do artigo 2)
- d) Em qualquer um desses temas eu teria muito a dizer, mas o que dizer da morte da jovem Ana Cláudia, de 18 anos, esfaqueada no pescoço pelo pai do seu filho, de quem tinha se afastado, saindo da Bahia para São Paulo, para fugir dos maus-tratos frequentes? Ou Eloá, a menina de 15 anos morta pelo ex-namorado, depois de sofrer por dias, em frente a uma polícia equivocada? (48-54 do artigo 3).

Essas proposições objetivam solicitar informações por meio de perguntas, das quais se espera uma atitude responsiva, o que pressupõe o dialogismo entre autor e leitor. Entretanto, nesses casos, as proposições funcionam, muito mais, como uma indução à reflexão, em que o intuito do autor é convencer o leitor a ter o mesmo posicionamento e persuadi-lo a agir no e sobre o mundo de acordo com o que o autor avalia como correto, justo e adequado para se viver em uma sociedade harmônica.

Nos três artigos, dois produzidos por mulheres e um produzido por homem, a *persona discursiva* se constrói como alguém a favor dos direitos das mulheres e contrário à agressão sofrida por elas.

A avaliação de Atitude tem como subsistemas: o afeto, o julgamento e a apreciação (MARTIN; WHITE, 2005). Há índices avaliativos tanto no fato quanto na opinião nos artigos analisados, sendo que o autor ao avaliar no fato, por meio das escolhas de adjetivos, substantivos e outros, está expondo, também, a sua opinião.

Em artigos, os autores fundamentam sua aprovação ou desaprovação, priorizando a opinião em lugar da emoção, e o articulista se constrói como um especialista no assunto. Por isso, há, nesses artigos de opinião, o predomínio de julgamentos em detrimento da apreciação e há um baixo índice de avaliação por afeto.

O julgamento condiz com os significados que indicam “uma visão da aceitabilidade social do comportamento de agentes humanos, uma avaliação feita através de referências a algum sistema de normas sociais” (WHITE, 2004, p. 179). Os modos de ativação da avaliação são o direto, aquele que está evidente no texto, é o termo que carrega um significado negativo ou positivo; e o implícito, aquele significado que é ativado ou depende da inferência do leitor. Nos artigos que constituíram o corpus desta pesquisa, a ativação da avaliação se dá pelo modo direto, como em:

- a) Não é revelada, principalmente, porque, além da dor, a **agredida** sente **muita vergonha** (artigo 1).
- b) Um sujeito **pançudo** com **ar de autoridade** discutia, a passos largos, com uma mulher **franzina de pisar ligeiro** que ele conduzia aos empurrões. O **marmanjo** freava sua **vítima** com **alternados e violentos** puxões de cabelos seguidos de **palavrões indizíveis** nesta crônica (artigo 2).
- c) Como estão **enganadas** as mulheres que, por terem tido **algum sucesso** em suas carreiras, acham que a questão da condição feminina, a **velha questão feminista**, está **ultrapassada**.

**Apenas** começou o trabalho de construir um **mundo de respeito**. Mas se é **fácil** discutir políticas públicas para vencer o **poderoso inimigo da desigualdade**, é **paralisante** o tema dessa **vasta violência** praticada em **todos** os países, em **todas** as culturas, em **tantas** casas contra meninas e mulheres **que não conseguem se defender** (artigo 3).

Os substantivos e adjetivos utilizados para nomear e criticar o homem (*pançudo, ar de autoridade, marmanjo, palavras indizíveis*) têm uma carga semântica negativa de afeto e de julgamento, assim como os que nomeiam e caracterizam a violência (*poderoso inimigo da desigualdade, vasta violência*).

Não é possível afirmar que a mulher é avaliada pelos autores com uma carga semântica positiva de afeto e de julgamento, já que é nomeada e qualificada como a “coitada”, indefesa, fraca, que não consegue se proteger, digna de piedade (*agredida, sente muita vergonha, franzina de pisar ligeiro, vítima, enganadas*). Mas, essa avaliação também não pode ser compreendida como negativa, pois essa representação da mulher está relacionada a um contexto sócio-histórico em que esses valores estão intrincados e, com isso, há um estímulo para que as pessoas se posicionem contra a violência praticada pelos homens e a favor da igualdade de direitos, preservando as diferenças entre homens e mulheres.

#### 4 Conclusão

Os artigos de opinião *Crime infame: sobrevivi... posso contar*, *Quem bate em mulher, o que é?* e *Derrotas de Março* sustentam a representação ideológica de gênero cultural. O homem é representado de uma forma negativa como o sexo forte e, por isso, mais agressivo verbal, física e sexualmente. Esse comportamento masculino agressivo é o motivo das críticas expostas pelos autores. A mulher é representada como o sexo frágil, mais emotiva, e deve, no coletivo, buscar alternativas para solucionar, ou pelo menos diminuir, o problema de violência que acomete sua classe.

Com essa análise, observei que os sentidos e os valores se revelam no fato, não se aprisionam na narrativa. Isso implica que as escolhas

linguísticas realizadas para narrar os fatos têm uma carga de valor capaz de levar o leitor a perceber emoções, julgamentos e apreciações do autor intrincadas em determinados elementos discursivos.

Segundo a perspectiva sistêmico-funcional, as pessoas trocam significados ideacionais nas interações, ao mesmo tempo em que interagem com os membros de seu meio social, o que exige que elas façam escolhas em relação à maneira como vão se dirigir às outras, em função da sua relação social, o que ocasiona também a troca de significados interpessoais.

Diante do exposto e das categorias analisadas, foi possível realizar uma interpretação geral dos artigos, identificando os propósitos dos autores subjacentes às suas escolhas léxico-gramaticais para produzir os significados desejados ao narrar fatos e ao expor opiniões sobre a essência desses fatos.

Concluo, afirmando que a ideia de experimentar uma análise semântica que concilia os recursos de duas Metafunções é positiva e contribui com estudos já realizados na área, além disso, pode servir de modelo para a elaboração de materiais didáticos para o ensino de língua materna, nos níveis médio e superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 28 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.spmulheres.gov.br>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Presidência da República. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>>. Acesso em 12 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1988.

BONINI, A. Os Gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas: Kaygange, 2005. p. 61-77.

CABRAL, S. R. S. A Mídia e o presidente: um julgamento de valor com base na teoria da valoração. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CABRAL, S. R. S.; BARROS, N. C. A de. Polidez e função interpessoal: uma análise de gênero. In: CRISTÓVÃO, V. L. L.; NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Gêneros textuais: teoria e prática**. Palmas: Kaygange, 2005. p.11-20.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e avaliação: uma análise de texto opinativo**. 33rd International Systemic Functional Congress, p. 722-734, 2006.

DE CONTO, J. M. O Sistema de Gêneros da seleção de candidatos a emprego no contexto empresarial. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

FAIRCLOUGH, N.; MAGALHÃES, I. (coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FRAZÃO, J. P. Quem bate em mulher, o que é? MS Notícias – Pantanal News. 27 de Nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.msnoticias.com.br/pantanalnews>>. Acesso em: 15 de nov. de 2009.

FUSCO, T. Crime Infame: sobrevivi... posso contar. O Globo. 25 de Nov. de 2005. Disponível em: <http://www.oglobo.globo/pais/noblat>. Acesso em 24 de Maio de 2009.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

LAGE, N. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEITÃO, Miriam. Derrotas de março. O Globo. 29 de Mar. de 2009. Disponível em: <<http://www.oglobo.globo.com>>. Acesso em 15 de Nov. de 2009.

MARTIN, J. R. e WHITE, P. The language of evaluation: appraisal in English. New York: Palgrave, 2005.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. Working with Discourse: meaning beyond the clause. London – New York: Continuum, 2003.

THOMPSON, G. Introducing Functional Grammar. London: Arnold, 2004.

WHITE, P. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. Revista Linguagem em (Dis)curso. LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004.

*Recebido em agosto de 2011.*

*Aprovado em novembro de 2011.*

## ANEXOS

### Anexo A - Artigo 1

O Globo - 25.11.2005 | 12h00m

CRIME INFAME - Sobrevivi e posso contar (Por Tânia Fusco)

Primeiro ele simulou um assalto na casa onde a mulher foi baleada pelas costas. Ela deveria ter morrido, mas sobreviveu paraplégica. Ele não desistiu. Tentou eletrocutá-la na banheira. De novo ela não morreu e, dessa vez, viu e pode testemunhar que o agressor era o próprio marido, Marco Antonio Herredia Viveiros, colombiano, professor universitário de economia, pai dos três filhos da biofarmacêutica Maria da Penha Fernandes.

A história aconteceu em Fortaleza (CE), em 1983. Marco Antonio foi julgado e condenado. Mas, só em 2001, 18 anos passados, e depois de ter recorrido a Justiça Internacional -- Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a OEA, Maria da Penha conseguiu que o ex-marido agressor fosse preso.

Em grau maior ou menor de violência, histórias como essa acontecem aos milhares, diariamente, no Brasil, em toda a América Latina, mundo afora. Na maioria dos casos o agressor é o marido, o companheiro, o namorado, o amante. O amor, que deveria ser o maior prêmio da vida, embala essas tragédias que alcançam pobres, remediados, ricos. Nem todas são expostas. Nem todas acabam em morte. Mas a rotina de humilhações, agressões verbais e físicas, mesmo escondida, está mais próxima do que imaginamos. Não é revelada, principalmente, porque, além da dor, a agredida sente muita vergonha.

Maria da Penha, que viveu essa violência no limite máximo, escreveu um livro: Sobrevivi e posso contar. Mas, entre nós, há milhares de sobreviventes que não revelam o que viveram. Se dá para esconder, escondemos. Encobrimos as marcas físicas, tratamos com psicanálise e antidepressivos a dor no coração. A vida segue. A razão até perdoa, mas a cicatriz é permanente. Assombra como eterna indagação: por que a covardia?

## Anexo B - Artigo 2

ARTIGOS - 27/11/2008 - 11H10 - MS NOTÍCIAS – PANTANAL NEWS

Quem bate em mulher, o que é?

Por José Pedro Frazão (\*)

Alguém já viu cachorro bater em cadela?

Outro dia, um grito da rua invadiu meus aposentos e conduziu-me à janela a tempo de ainda assistir a uma corriqueira briga de casal.

Um sujeito pançudo com ar de autoridade discutia, a passos largos, com uma mulher franzina de pisar ligeiro que ele conduzia aos empurrões. O marmanjo freava sua vítima com alternados e violentos puxões de cabelos seguidos de palavrões indizíveis nesta crônica. Logo atrás, fiel e indiferente, um vira-lata farejava os passos do casal briguento. Mas qual não foi minha surpresa ao ver o meu cachorro abrir o portão e sair eriçado em perseguição ao pequeno transeunte que lhe invadia o território.

À frente dos cães, mais um tapa, mais um puxão, mais um palavrão, mais um grito feminino. Até que o meu cachorro alcançou o outro, e, para alívio de todos, após a identificação olfato-esecatológica, percebemos que o intruso se tratava, na verdade, de uma cadela. O respeito e o cavalheirismo instintivos do meu cão pela fêmea o demoveram da idéia de violência e ele ainda voltou satisfeito para casa. Já dobravam a esquina mais um tapa, mais um puxão de cabelo, mais um palavrão e mais um grito, quando analisei aquela situação e percebi o quanto os cachorros podem nos ensinar em matéria de respeito ao próximo, especialmente pelo sexo oposto.

Não é da natureza dos animais machos agredirem as fêmeas. E nas raríssimas vezes em que ocorre briga de casal é ela que agride o macho. Lembra dos aracnídeos? Certas tarântulas matam o macho após a fecundação. Também há cobras que fazem o mesmo, devorando o companheiro depois da cópula. Há mil exemplos na zoologia, mas nos basta saber que na natureza o macho só bate na fêmea em condições excepcionais.

Os animais só matam para se defenderem ou para se alimentarem. A agressividade dosada é natural em todas as espécies, mas a violência é uma aberração humana, fruto da ignorância, do descontrole, da fraqueza e das neuroses. No reino animal, com raríssimas exceções, os machos só brigam com machos, enquanto as fêmeas brigam com fêmeas. As cadelas, por exemplo, só temem ou odeiam as outras cadelas.

No caso das mulheres (sem nenhuma comparação canina), assim como grande parte delas gosta de andar de mãos dadas, de se acariciar e de trocar elogios e solidariedade (ao contrário da maioria dos homens), parecem, ao mesmo tempo, predispostas a se odiarem. Quando as unhas não alcançam, a língua dá conta do recado. A rivalidade feminina parece fruto da vaidade.

Esta aversão interfeminina e a preocupação de defesa da fêmea pelo macho fazem partes da sabedoria da natureza, onde o sexo frágil tem regalia preservacionista. Afinal, é preciso salvaguardar a fonte da espécie, pois a sobrevivência dos seres vivos depende muito mais das fêmeas. Assim, à luz da ciência natural, é possível compreender por que a agressão recorrente ao sexo feminino é um comportamento de natureza feminina e não masculina.

De acordo com este raciocínio, é possível que o homem que bate em mulher sofra de distúrbios de personalidade, ou seja, o seu lado masculino não é capaz de conter o lado feminino oculto que aflora para agredir a fêmea, que o estaria ameaçando na disputa inconsciente de sexos. A única forma que esses machos humanos encontram para se sentir seguros, firmar sua identidade, sua autoridade e domínio sobre a parceira é a violência.

Este fenômeno do instinto feminino agressivo dá-se até entre os insetos. Mas nos basta o exemplo do cão, que é o melhor amigo do homem, para ensiná-lo que quem bate em mulher não é o lado masculino, mas o seu incontrolável e oculto instinto feminino, o que não acontece com os cachorros e outros irracionais.

Sem nenhum complexo de gênero, parece-nos que os gays, por exemplo, vivem um conflito de amor e ódio com as mulheres, por um distúrbio diferente ainda em estudo. Apesar de gostarem de homens, tendem a ser mais agressivos com eles do que com elas, a quem invejam e se associam com revelada cumplicidade. No caso dos homossexuais em geral o que aflora é o instinto do sexo sempre oposto, ao contrário dos heterossexuais violentos, cujo problema é a ocultação inconsciente de possível tendência ao homossexualismo.

A apropriação da parceira e o ciúme exagerado, assim como a violência, além de caracterizarem machismo, podem indicar a homossexuali-

dade oculta, revelada pela insegurança e fraqueza emocional (características mais femininas), pois os verdadeiros machos são dóceis com o sexo oposto e têm como característica a segurança no seu poderio masculino. Por isso os machos autênticos não são violentos com as parceiras, nem possessivos, nem tão ciumentos. A exemplo dos cães, são controlados e não batem nas fêmeas. Talvez por isso as mulheres adoram cachorros.

Quem bate em cadela é cadela. Quem bate em mulher é o quê? Cachorro que bate em cadela é cachorro louco. Homem que bate em mulher é mais que louco, é mais que covarde; é um fraco, doente e carente de masculinidade. Homem que pratica violência contra a mulher é indivíduo desequilibrado emocionalmente que utiliza a força bruta como única arma na guerra dos sexos, na ansia glória de firmar sua confusa identidade. E se o meu cachorro não conseguiu explicar, Freud explica.

(\*) José Pedro Frazão, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, é autor dos romances ecológicos *Tuiuiú my brother* e *Nas águas do Aquidauana eu andei*.

## Anexo C - Artigo 3

Derrotas de março - Miriam Leitão - O Globo 29/03/09

Antes que março acabe, eu queria dizer o que me derrota. A Itália descobriu um caso repugnante de estupro sequencial de pai e filho contra a mesma mulher, filha e irmã dos dois. A Áustria encarcerou o monstro que manteve a filha no porão, prisioneira de estupros contínuos. Aqui, a discussão da menina que em Recife foi estuprada e engravidou do padrasto ficou em torno da decisão medieval do bispo.

Estes são apenas casos de março, outros surgiram: o da menina de 13 anos, no Brasil, que, grávida do pai — por quem passou a ser violentada a partir da morte da mãe —, decidiu ter o filho. Cada um dos dramas é tão vasto.

Penso nestas meninas e mulheres e na antiguidade da sua pena. Condenadas, antes de nascer, pelo mais intratável dos lados da opressão à mulher: o suplício sexual.

Melhor seria escrever uma coluna racional, com os dados que provam a exclusão da mulher do poder no mundo, ou da sua discriminação no mercado de trabalho, ou do preconceito embutido nas propagandas. Seria menos doloroso. Há pesquisas novas, interessantes. Com os dados, eu provaria que a mulher avançou nos últimos anos, e que a sociedade equânime ainda está distante. Falar desse aspecto do problema seria até um alívio.

Mas o que tem me afligido são esses casos espantosamente cruéis que acontecem em países diferentes, classes sociais diferentes, religiões diferentes.

A vítima é sempre a mulher. A sharia, que voltou a ser código aceito em todo o Paquistão, condena a mulher a receber a pena no lugar de alguém da família que tenha cometido um delito. Normalmente, a pena é estupro público e coletivo. Foi assim com a notável Mukhtar Mai, a paquistanesa que venceu seus estupradores em uma luta desigual e heroica na Justiça comum. No livro "A desonrada", ela contou seu suplício e sua vitória.

Eu poderia fingir que não sei das estatísticas da violência contra a mulher, e pensar que cada caso é apenas mais um louco em sua loucura, pegando uma vítima aleatória. Melhor ainda, poderia fugir completamente do tema. Afinal, esta é uma coluna de economia e as pautas e assuntos são inúmeros. A nova regulamentação do mercado financeiro americano para prevenir crises como a atual, ou o desequilíbrio econômico e financeiro dos países do Leste da Europa; ou ainda o risco de déficit em conta corrente nos países exportadores de commodities metálicas. Assuntos áridos, fáceis. Qualquer um deles permitiria que esta coluna fosse para longe do horror imposto às mulheres por pais, padrastos, irmãos, namorados, ex-namorados, maridos, ex-maridos.

Em qualquer um desses temas eu teria muito a dizer, mas o que dizer da morte da jovem Ana Claudia, de 18 anos, esfaqueada no pescoço pelo pai do seu filho, de quem tinha se afastado, saindo da Bahia para São Paulo, para fugir dos maus-tratos frequentes? Ou Eloá, a menina de 15 anos morta pelo ex-namorado, depois de sofrer por dias, em frente a uma polícia equivocada? Na época do caso, o comandante da operação, o coronel Eduardo Félix de Oliveira, definiu Lindemberg Alves, o assassino de Eloá, como um "garoto em crise amorosa". Era um algoz que espancou e matou sua vítima.

O abuso de crianças não escolhe sexo. A pedofilia faz vítimas entre meninos e meninas, e em ambos é igualmente abjeta e inaceitável.

Mas a frequência, a crueldade, a persistência dos ataques às meninas mostram que o crime é parte de um outro fenômeno mais antigo: o da violência contra mulheres de qualquer idade.

As leis que mantém a desigualdade em inúmeros países, com o argumento de que essa é a cultura local, o alijamento da mulher das estruturas de poder, a recorrência de casos em que ex-namorados ou maridos matam para provar que ainda têm poder sobre suas vítimas são alguns dos vários lados de uma velha distorção.

Como estão enganadas as mulheres que, por terem tido algum sucesso em suas carreiras, acham que a questão da condição feminina, a velha questão feminista, está ultrapassada.

Apenas começou o trabalho de construir um mundo de respeito. Mas se é fácil discutir políticas públicas para vencer o poderoso inimigo da desigualdade, é paralisante o tema dessa vasta violência praticada em todos os países, em todas as culturas, em tantas casas contra meninas e mulheres que não conseguem se defender.

É espantoso o caso da mulher italiana, de 34 anos, vítima desde os nove anos de idade dos estupros do pai e depois do irmão, que também estupro suas próprias filhas. Ela chegou a ir à polícia há 15 anos, mas não foi levada a sério. Hoje tem problemas psicológicos.

Como não ter? Pode-se encarcerar cada um dos estupradores e condená-los. Eles merecem toda a punição que a lei de cada país comportar. Mas é preciso ver o horizonte: os casos são frequentes demais, as estatísticas são fortes demais, para que sejam apenas aberrações eventuais.

Março tem um dia, o oitavo, que é “da mulher”.

Não pela efeméride, mas por envolvimento com o tema, eu costume aproveitar a data para analisar, neste espaço, algum aspecto da discriminação contra a mulher. Mas, este ano, a imagem da pequena e frágil menina de Recife me derrotou.

Tenho tido medo que nunca acabe o sofrimento das pessoas que integram a parte da Humanidade à qual pertencem. Fico, a cada novo caso, como os muitos deste março, um pouco mais derrotada.

---Publicado por O Globo (RJ), coluna Panorama Econômico, 29/03/09.

## **SOBRE A AUTORA**

**JANETE MARIA DE CONTO** é doutora em Estudos Linguísticos, no Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS. É professora de ensino básico, técnico e tecnológico, no Instituto Federal Farroupilha (IFF), campus São Borja, RS. Trabalhou em escolas da rede pública estadual, com ensino de língua materna e estrangeira, e no ensino superior privado, com ensino de língua materna.  
E-mail: [jm.conto@gmail](mailto:jm.conto@gmail.com)